

<i>Histórico da Obra</i>	2
<i>Uma Homenagem Especial</i>	5
<i>Agradecimentos</i>	9
<i>Nota do Autor à 14.ª Edição</i>	11
<i>Prefácio</i>	15
<i>Apresentação à 1.ª Edição</i>	17
 1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO	47
1.1. Alocação do Direito Constitucional.....	47
1.1.1. A classificação em “ramos do direito”	47
1.1.2. A superação da dicotomia “público-privado” — constitucionalização do direito privado.....	48
1.2. Constitucionalismo	49
1.2.1. Conceito.....	49
1.2.2. Evolução histórica	50
1.2.2.1. Constitucionalismo durante a Antiguidade	51
1.2.2.2. Constitucionalismo durante a Idade Média	51
1.2.2.3. Constitucionalismo durante a Idade Moderna.....	51
1.2.2.4. Constitucionalismo norte-americano.....	52
1.2.2.5. Constitucionalismo moderno (durante a Idade Contemporânea).....	52
1.2.2.6. Constitucionalismo contemporâneo (durante a Idade Contemporânea)...	53
1.2.2.7. Constitucionalismo do futuro: o que podemos esperar?	53
1.2.3. Esquematização do constitucionalismo.....	54
1.3. Neoconstitucionalismo.....	55
1.3.1. Aspectos iniciais.....	55
1.3.2. Pontos marcantes do neoconstitucionalismo	56
1.3.3. Marcos fundamentais para se chegar a um “novo direito constitucional” (neoconstitucionalismo)	58
1.4. Constitucionalismo e soberania popular	60
1.4.1. Aspectos gerais	60
1.5. Questões.....	61
 2. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO	65
2.1. Conceito	65
2.1.1. Sentido sociológico	65
2.1.2. Sentido político.....	65
2.1.3. Sentido material e formal	65
2.1.4. Sentido jurídico	67
2.1.5. Sentido culturalista	69

2.1.6. Constituição aberta	69
2.1.7. Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado	70
2.2. Constitucionalização simbólica	70
2.2.1. Aspectos iniciais	70
2.2.2. Legislação simbólica	71
2.2.2.1. Confirmação de valores sociais	71
2.2.2.2. Demonstração da capacidade de ação do Estado no tocante à solução dos problemas sociais (legislação-álibi)	72
2.2.2.3. Adiamento da solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios	73
2.2.2.4. Efeitos sociais latentes ou indiretos da legislação simbólica	73
2.2.3. Constitucionalização simbólica	74
2.2.4. Constitucionalização simbólica como alopoiese do sistema jurídico	74
2.2.5. Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e a concretização das normas constitucionais	75
2.3. Classificação (tipologia)	76
2.3.1. Quanto à origem (distinção entre "Constituição" e "Carta")	76
2.3.2. Quanto à forma	78
2.3.3. Quanto à extensão	79
2.3.4. Quanto ao conteúdo	80
2.3.5. Quanto ao modo de elaboração	81
2.3.6. Quanto à alterabilidade	81
2.3.7. Quanto à sistemática (critério sistemático)	83
2.3.8. Quanto à dogmática	84
2.3.9. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico — essência)	85
2.3.10. Quanto ao sistema	86
2.3.11. Constituições garantia, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho)	86
2.3.12. Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) — conteúdo ideológico das constituições (André Ramos Tavares)	87
2.3.13. Raul Machado Horta (constituições expansivas)	87
2.3.14. A Constituição Federal brasileira de 1988	88
2.4. Elementos das constituições	89
2.5. Histórico das Constituições brasileiras	90
2.5.1. Constituição de 1824	91
2.5.2. Decreto n. 1, de 15.11.1889 — primeiro Governo Provisório da República	95
2.5.3. Constituição de 1891	95
2.5.4. A Revolução de 1930 — segundo Governo Provisório da República	99
2.5.5. Constituição de 1934	101
2.5.6. Constituição de 1937	104
2.5.7. Constituição de 1946	107
2.5.8. Golpe Militar de 1964	110
2.5.9. Constituição de 1967	111
2.5.10. Constituição de 1969 — EC n. 1, de 17.10.1969	114
2.5.11. Constituição de 1988	117
2.6. Questões	121
3. HERMENÊUTICA E ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	129
3.1. Mutações constitucionais <i>versus</i> reformas constitucionais	129
3.2. Métodos de interpretação	132
3.2.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico	132
3.2.2. Método tópico-problemático	133
3.2.3. Método hermenêutico-concretizador	133

3.2.4. Método científico-espiritual	133
3.2.5. Método normativo-estruturante	134
3.2.6. Método da comparação constitucional	134
3.3. Princípios da interpretação constitucional	134
3.3.1. Princípio da unidade da Constituição	135
3.3.2. Princípio do efeito integrador	135
3.3.3. Princípio da máxima efetividade	136
3.3.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional	136
3.3.5. Princípio da concordância prática ou harmonização	136
3.3.6. Princípio da força normativa	136
3.3.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição	137
3.3.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	138
3.4. Teoria dos poderes implícitos	139
3.5. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição	140
3.6. Estrutura da Constituição	142
3.6.1. Preâmbulo	142
3.6.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	143
3.7. Questões	144
4. PODER CONSTITUINTE	153
4.1. Esquema geral	153
4.2. Características	153
4.3. Poder constituinte originário	154
4.3.1. Conceito	154
4.3.2. Uma subdivisão	154
4.3.3. Características	154
4.3.4. Poder constituinte originário formal e material	156
4.3.5. Formas de expressão	156
4.4. Poder constituinte derivado	157
4.4.1. Conceito e espécies	157
4.4.2. Poder constituinte derivado reformador	157
4.4.3. Poder constituinte derivado decorrente	158
4.4.3.1. Estados-membros	158
4.4.3.2. Distrito Federal, Municípios e Territórios Federais	160
4.4.4. Poder constituinte derivado revisor	162
4.5. Poder constituinte difuso	163
4.6. Poder constituinte supranacional	164
4.7. Nova Constituição e ordem jurídica anterior	164
4.7.1. Recepção	165
4.7.1.1. Inconstitucionalidade superveniente?	166
4.7.1.2. Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, poderá ser recebida pela nova Constituição se com ela for compatível?	166
4.7.1.3. Características conclusivas sobre o fenômeno da recepção	167
4.7.2. Repristinação	168
4.7.3. Desconstitucionalização	168
4.7.4. Recepção material de normas constitucionais	169
4.8. Graus de retroatividade da norma constitucional: máximo, médio ou mínimo?	170
4.9. Questões	172

4.9.1. Poder constituinte	172
4.9.2. Nova Constituição e ordem jurídica anterior	174
4.9.3. Graus de retroatividade da norma constitucional	176
5. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	177
5.1. Eficácia jurídica e eficácia social	177
5.2. Normas constitucionais de eficácia plena	177
5.3. Normas constitucionais de eficácia contida	178
5.4. Normas constitucionais de eficácia limitada	180
5.5. A classificação de <i>Maria Helena Diniz</i>	183
5.6. A classificação de <i>Celso Ribeiro Bastos</i> e <i>Carlos Ayres Britto</i>	184
5.7. Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	185
5.8. Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais	185
5.9. Eficácia e aplicabilidade na Jurisprudência do STF	187
5.10. Questões	189
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	195
6.1. Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro	195
6.1.1. Noções preliminares	195
6.1.2. A inconstitucionalidade das leis e a regra geral da "teoria da nulidade". Sistema austríaco (Kelsen) versus Sistema norte-americano (Marshall). Anulabilidade versus nulidade	196
6.1.3. Flexibilização das teorias da "nulidade absoluta da lei declarada inconstitucional" e da "anulabilidade da norma inconstitucional" no direito estrangeiro (brevíssima noção)	198
6.1.3.1. Áustria	198
6.1.3.2. Estados Unidos	198
6.1.3.3. Espanha	200
6.1.3.4. Portugal	200
6.1.3.5. Alemanha	200
6.1.4. Flexibilização da teoria da nulidade no direito brasileiro	200
6.1.4.1. A mitigação do princípio da nulidade no controle concentrado — art. 27 da Lei n. 9.868/99	201
6.1.4.2. A mitigação do princípio da nulidade no controle difuso	201
6.2. Breve análise evolutiva do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	202
6.2.1. Constituição de 1824	202
6.2.2. Constituição de 1891	203
6.2.3. Constituição de 1934	203
6.2.4. Constituição de 1937	204
6.2.5. Constituição de 1946	204
6.2.6. Constituição de 1967 e EC n. 1/69	204
6.2.7. Constituição de 1988	204
6.3. Espécies de inconstitucionalidade	206
6.3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão (quadro esquemático)	206
6.3.2. Vício formal (inconstitucionalidade orgânica, inconstitucionalidade formal propriamente dita e inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato)	207
6.3.2.1. Inconstitucionalidade formal orgânica	208
6.3.2.2. Inconstitucionalidade formal propriamente dita	208

6.3.2.3. Inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato normativo	209
6.3.3. Vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário)	210
6.3.4. Vício de decoro parlamentar (?)	210
6.4. Momentos de controle	211
6.4.1. Controle prévio ou preventivo	211
6.4.1.1. Controle prévio ou preventivo realizado pelo Legislativo	212
6.4.1.2. Controle prévio ou preventivo realizado pelo Executivo	213
6.4.1.3. Controle prévio ou preventivo realizado pelo Judiciário e a nova perspectiva das "normas constitucionais interpostas" (<i>Zagrebelky</i>)	213
6.4.2. Controle posterior ou repressivo	216
6.4.2.1. Controle político	216
6.4.2.2. Controle jurisdicional	217
6.4.2.3. Controle híbrido	217
6.4.2.4. Exceção à regra geral do controle jurisdicional posterior ou repressivo	217
6.4.2.4.1. Controle posterior ou repressivo exercido pelo Legislativo	218
6.4.2.4.2. Controle posterior ou repressivo exercido pelo Executivo	219
6.4.2.4.3. Controle posterior ou repressivo exercido pelo TCU	221
6.5. Sistema e vias de controle judicial	221
6.6. Controle difuso	223
6.6.1. Origem histórica: <i>Marbury versus Madison</i> , Sessão de fev. de 1803 (I, repertório de Cranch, 137-180)	223
6.6.2. Noções gerais	224
6.6.3. Controle difuso nos tribunais	225
6.6.4. Efeitos da decisão	227
6.6.4.1. Para as partes	227
6.6.4.2. Para terceiros (art. 52, X)	228
6.6.4.2.1. Procedimento	228
6.6.4.2.2. Amplitude do art. 52, X	229
6.6.4.2.3. A expressão "no todo ou em parte"	230
6.6.4.2.4. Efeitos propriamente ditos	230
6.6.4.2.5. O Senado é obrigado a suspender os efeitos?	231
6.6.5. Teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença no controle difuso: análise crítica — abstrativização do controle difuso?	231
6.6.6. Controle difuso em sede de ação civil pública	236
6.7. Controle concentrado	237
6.7.1. ADI genérica	237
6.7.1.1. Conceito	237
6.7.1.2. Objeto	238
6.7.1.2.1. Leis	238
6.7.1.2.2. Atos normativos	238
6.7.1.2.3. Súmulas?	239
6.7.1.2.4. Emendas constitucionais?	240
6.7.1.2.5. Medidas provisórias?	240
6.7.1.2.6. Regulamentos subordinados ou de execução e decretos? Inconstitucionalidade indireta, reflexa ou oblíqua	242
6.7.1.2.7. Tratados internacionais	243
6.7.1.2.8. Normas constitucionais originárias	246
6.7.1.2.9. O fenômeno da recepção	246

6.7.1.2.10. Atos estatais de efeitos concretos e atos estatais de efeitos concretos editados sob a forma de lei (exclusivamente formal).....	247
6.7.1.2.11. Ato normativo já revogado ou de eficácia exaurida.....	249
6.7.1.2.12. Lei revogada ou que tenha perdido a sua vigência após a propositura da ADI.....	249
6.7.1.2.13. Alteração do parâmetro constitucional invocado.....	250
6.7.1.2.14. Divergência entre a ementa da lei e o seu conteúdo.....	251
6.7.1.2.15. Respostas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	251
6.7.1.2.16. Leis orçamentárias?.....	252
6.7.1.2.17. ADI <i>versus</i> políticas públicas? A teoria da “reserva do possível”.....	253
6.7.1.3. Elementos essenciais do controle de constitucionalidade: o conceito de “bloco de constitucionalidade” e o elemento temporal.....	253
6.7.1.4. Teoria da transcendência dos motivos determinantes.....	255
6.7.1.5. Teoria da inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “atração”, ou “inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados”, ou inconstitucionalidade consequencial ou inconstitucionalidade consequente ou derivada.....	256
6.7.1.6. Lei “ainda constitucional”, ou “inconstitucionalidade progressiva”, ou “declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade”.....	257
6.7.1.6.1. A instituição da Defensoria Pública pela CF/88.....	257
6.7.1.6.2. A questão do “prazo em dobro” para a Defensoria Pública no processo penal — rejeição de inconstitucionalidade <i>rebus sic stantibus</i>	258
6.7.1.6.3. Ação civil <i>ex delicto</i> ajuizada pelo MP — art. 68 do CPP.....	259
6.7.1.7. “Inconstitucionalidade circunstancial”.....	260
6.7.1.8. O efeito vinculante para o Legislativo e o inconcebível fenômeno da “fossilização da Constituição”.....	261
6.7.1.9. Município putativo. Princípio da reserva do impossível. Princípio da continuidade do Estado. Princípio federativo. Princípio da segurança jurídica. Princípio da confiança (<i>Karl Larenz</i>). Princípio da força normativa dos fatos (<i>Georg Jellinek</i>). Princípio da situação excepcional consolidada — ADI 2.240/BA — voto do Min. Eros Grau. Voto do Min. Gilmar Mendes — Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade. Efeito prospectivo. Possibilidade inédita do fenômeno da constitucionalidade superveniente. Dogma da nulidade da lei e garantia da segurança jurídica.....	262
6.7.1.10. Princípio da proibição do “atalhamento constitucional” e do “desvio de poder constituinte” (utilização de meio aparentemente legal buscando atingir finalidade ilícita).....	267
6.7.1.11. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”.....	268
6.7.1.12. Início da eficácia da decisão que reconhece a inconstitucionalidade da lei.....	268
6.7.1.13. Competência.....	268
6.7.1.13.1. Lei ou ato normativo federal ou estadual em face da CF.....	268
6.7.1.13.2. Lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da CE.....	268
6.7.1.13.3. Lei ou ato normativo municipal em face da CF.....	269
6.7.1.13.4. Lei ou ato normativo distrital em face da CF/88.....	270
6.7.1.13.5. Lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica Distrital.....	270
6.7.1.13.6. Lei municipal em face da Lei Orgânica do Município.....	271
6.7.1.14. Legitimidade.....	271
6.7.1.15. Procedimento.....	275
6.7.1.16. A figura do <i>amicus curiae</i>	277

6.7.1.16.1. Regras gerais.....	277
6.7.1.16.2. É possível a admissão do <i>amicus curiae</i> na ADC?.....	280
6.7.1.16.3. Cabe <i>amicus curiae</i> na ADPF?.....	281
6.7.1.16.4. Outras hipóteses de cabimento.....	281
6.7.1.16.5. Parlamentar pode ser admitido no processo como <i>amicus curiae</i> ?.....	282
6.7.1.16.6. Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	282
6.7.1.16.7. <i>Amicus curiae</i> pode interpor recurso?.....	283
6.7.1.17. Efeitos da decisão.....	283
6.7.1.17.1. Princípio da parcelaridade.....	287
6.7.1.17.2. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	287
6.7.1.17.3. Efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade.....	287
6.7.1.17.4. Efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.....	289
6.7.1.17.4.1. Coisa julgada inconstitucional. S. 343/STF. Rescisória (art. 485, V). Arts. 475-L, § 1.º, e 741, parágrafo único, do CPC/73.....	289
6.7.1.17.4.2. Aspectos conclusivos: efeito da decisão no plano normativo (<i>Normebene</i>) e no plano do ato singular (<i>Einzelaktebene</i>) mediante a utilização das chamadas fórmulas de preclusão (interessante tendência apontada pelo Min. Gilmar Mendes).....	292
6.7.1.17.5. Pedido de cautelar.....	294
6.7.1.18. Reclamação para a garantia da autoridade da decisão do STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade através da ADI.....	295
6.7.1.18.1. Regras gerais.....	295
6.7.1.18.2. Natureza jurídica do instituto da reclamação.....	297
6.7.2. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	298
6.7.2.1. Localização.....	298
6.7.2.2. Objeto — hipóteses de cabimento.....	299
6.7.2.3. Preceito fundamental — conceito.....	300
6.7.2.4. Competência.....	301
6.7.2.5. Legitimidade.....	301
6.7.2.6. Procedimento.....	301
6.7.2.7. Efeitos da decisão.....	303
6.7.2.8. O parágrafo único do art. 1.º da Lei n. 9.882/99 é inconstitucional (arguição por equiparação)?.....	303
6.7.2.9. Pedido de medida liminar.....	304
6.7.2.10. ADPF pode ser conhecida como ADI?.....	305
6.7.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão (ADO).....	306
6.7.3.1. Conceito.....	306
6.7.3.2. Espécies de omissão.....	306
6.7.3.3. Objeto.....	307
6.7.3.4. Competência.....	308
6.7.3.5. Legitimidade.....	308
6.7.3.6. Natureza jurídica dos legitimados.....	309
6.7.3.7. Procedimento.....	309
6.7.3.8. Medida cautelar em ADO.....	310
6.7.3.9. Efeitos da decisão.....	310
6.7.4. ADI interventiva.....	314
6.7.4.1. Conceito.....	314
6.7.4.2. Objeto, competência, legitimidade e procedimento.....	315
6.7.4.2.1. ADI interventiva federal.....	315
6.7.4.2.2. ADI interventiva estadual.....	316

6.7.5. ADC.....	316
6.7.5.1. Conceito.....	316
6.7.5.2. Objeto.....	317
6.7.5.3. Competência.....	317
6.7.5.4. Legitimidade.....	317
6.7.5.5. Procedimento.....	317
6.7.5.6. Efeitos da decisão.....	319
6.7.5.7. Medida cautelar em ação declaratória.....	319
6.8. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-membros.....	320
6.8.1. Regras gerais.....	320
6.8.2. Objeto.....	321
6.8.3. Competência.....	321
6.8.4. Legitimados.....	321
6.8.5. Parâmetro de controle.....	322
6.8.6. A utilização do recurso extraordinário no controle concentrado e em abstrato estadual.....	324
6.9. Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil.....	326
6.10. Questões.....	328
6.10.1. Conceitos gerais.....	328
6.10.2. Legitimidade.....	330
6.10.3. Procedimento.....	330
6.10.4. Efeitos da decisão.....	332
6.10.5. Outras questões.....	334
7. DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	339
7.1. Noções preliminares.....	339
7.2. Estado unitário.....	339
7.2.1. Estado unitário puro.....	339
7.2.2. Estado unitário descentralizado administrativamente.....	340
7.2.3. Estado unitário descentralizado administrativa e politicamente.....	340
7.3. Federação.....	340
7.3.1. Histórico.....	340
7.3.2. Tipologias do Federalismo.....	341
7.3.2.1. Federalismo por agregação ou por desagregação (segregação).....	341
7.3.2.2. Federalismo dual e cooperativo.....	342
7.3.2.3. Federalismo simétrico e assimétrico.....	342
7.3.2.4. Federalismo orgânico.....	343
7.3.2.5. Federalismo de integração.....	343
7.3.2.6. Federalismo equilíbrio.....	343
7.3.2.7. Federalismo de segundo grau.....	344
7.3.3. Características da Federação.....	344
7.3.4. Federação brasileira.....	345
7.3.4.1. Breve histórico.....	345
7.3.4.2. Federação na CF/88 e princípios fundamentais.....	345
7.3.4.2.1. Composição e sistematização conceitual.....	345
7.3.4.2.2. Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	346
7.3.4.2.3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	346
7.3.4.2.4. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.....	347

7.3.4.2.5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	350
7.3.4.2.6. Vedações constitucionais impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	351
7.4. União Federal.....	351
7.4.1. Capital Federal.....	352
7.4.2. Bens da União.....	352
7.4.3. Competências da União Federal.....	355
7.4.3.1. Competência não legislativa (administrativa ou material).....	355
7.4.3.2. Competência legislativa.....	356
7.4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento.....	357
7.5. Estados-membros.....	358
7.5.1. Formação dos Estados-membros.....	359
7.5.1.1. Regra geral.....	359
7.5.1.2. Fusão.....	360
7.5.1.3. Cisão.....	360
7.5.1.4. Desmembramento.....	361
7.5.2. Bens dos Estados-membros.....	362
7.5.3. Competências dos Estados-membros.....	362
7.5.3.1. Competência não legislativa (administrativa ou material).....	362
7.5.3.2. Competência legislativa.....	363
7.5.4. Exploração dos serviços locais de gás canalizado.....	363
7.5.5. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	364
7.6. Municípios.....	365
7.6.1. Formação dos Municípios.....	365
7.6.2. Competências dos Municípios.....	367
7.6.2.1. Competências não legislativas (administrativas ou materiais).....	367
7.6.2.2. Competências legislativas.....	368
7.7. Distrito Federal.....	369
7.7.1. Histórico.....	369
7.7.2. Distrito Federal como unidade federada.....	369
7.7.3. Outras características importantes.....	369
7.7.4. Competências do Distrito Federal.....	370
7.7.4.1. Competências não legislativas (administrativas ou materiais).....	370
7.7.4.2. Competências legislativas.....	370
7.8. Territórios Federais.....	371
7.8.1. Histórico.....	371
7.8.2. Natureza jurídica.....	371
7.8.3. Ainda existem territórios no Brasil?.....	371
7.8.4. Apesar de não existirem, podem vir a ser criados novos territórios?.....	372
7.8.5. Outras características importantes.....	372
7.9. Modelos de repartição de competências.....	373
7.9.1. Modelo clássico e modelo moderno.....	374
7.9.1.1. Modelo clássico.....	374
7.9.1.2. Modelo moderno.....	374
7.9.2. Modelo horizontal e modelo vertical.....	375
7.9.2.1. Modelo horizontal.....	375
7.9.2.2. Modelo vertical.....	375
7.10. Quadro ilustrativo da competência legislativa constitucional — alguns precedentes do STF.....	376

7.11. Amianto, "outdoor" e tabaco	379
7.11.1. Amianto	379
7.11.2. Tabaco	381
7.11.3. Outdoor — "Lei Cidade Limpa"	382
7.12. Intervenção	382
7.12.1. Intervenção federal	383
7.12.1.1. Hipóteses de intervenção federal	383
7.12.1.2. Espécies de intervenção federal	384
7.12.1.3. Decretação e execução da intervenção federal	385
7.12.1.4. Controle exercido pelo Congresso Nacional	385
7.12.1.4.1. Hipóteses em que o controle exercido pelo Congresso Nacional é dispensado	385
7.12.1.5. Afastamento das autoridades envolvidas	386
7.12.2. Intervenção estadual	386
7.12.2.1. Hipóteses de intervenção estadual e intervenção federal nos Municípios localizados em Territórios Federais	386
7.12.2.2. Decretação e execução da intervenção estadual	386
7.12.2.3. Controle exercido pelo Legislativo	387
7.12.2.3.1. Hipóteses em que o controle exercido pela Assembleia Legislativa é dispensado	387
7.12.2.4. Afastamento das autoridades envolvidas	387
7.12.2.5. Súmula 637 do STF	387
7.13. Questões	387
7.13.1. Federação: aspectos conceituais	387
7.13.2. Federação: fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	389
7.13.3. Federação: intervenção	390
7.13.4. Federação: competência	391
8. DIVISÃO ORGÂNICA DO PODER — "TRIPARTIÇÃO DE PODERES" — TEORIA GERAL	397
8.1. Noções introdutórias	397
8.1.1. Aristóteles: identificação das funções do Estado	397
8.1.2. Montesquieu: correspondência entre a divisão funcional e uma divisão orgânica	397
8.1.3. Abrandamento da teoria de Montesquieu — funções típicas e atípicas	398
8.1.4. Improriedade da expressão "tripartição de Poderes"	399
8.1.5. A independência dos Poderes e a indelegabilidade de atribuições	400
8.1.6. Questões	400
9. PODER LEGISLATIVO	403
9.1. Estrutura do Poder Legislativo	403
9.1.1. Estrutura do Poder Legislativo federal	403
9.1.2. Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos Territórios Federais	403
9.1.2.1. Estrutura do Poder Legislativo estadual	403
9.1.2.2. Estrutura do Poder Legislativo municipal	405
9.1.2.3. "PEC dos Vereadores" — EC n. 58/2009 — produção de efeitos	408
9.1.2.3.1. Observações iniciais	408

9.1.2.4. Estrutura do Poder Legislativo distrital	409
9.1.2.5. Estrutura do Poder Legislativo dos Territórios Federais	409
9.2. Atribuições do Congresso Nacional	409
9.3. Câmara dos Deputados	410
9.3.1. Aspectos fundamentais	410
9.3.2. Requisitos para a candidatura dos Deputados Federais	411
9.3.3. Competências privativas da Câmara dos Deputados	411
9.4. Senado Federal	411
9.4.1. Aspectos fundamentais	411
9.4.2. Requisitos para a candidatura dos Senadores	412
9.4.3. Competências privativas do Senado Federal	412
9.4.4. Quadro comparativo	412
9.5. Das reuniões	413
9.5.1. Sessão legislativa ordinária	413
9.5.2. Hipóteses de convocação extraordinária	414
9.5.3. Reunião em sessão conjunta	415
9.5.4. Sessão preparatória e mesas diretoras	415
9.6. Das comissões parlamentares	416
9.6.1. Comissão temática ou em razão da matéria	417
9.6.2. Comissão especial ou temporária	417
9.6.3. Comissão parlamentar de inquérito (CPI)	417
9.6.4. Comissão mista	424
9.6.5. Comissão representativa	424
9.7. Imunidades parlamentares	425
9.7.1. Aspectos introdutórios	425
9.7.2. Imunidade parlamentar federal	426
9.7.2.1. Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar	426
9.7.2.2. Imunidade formal ou processual	427
9.7.2.2.1. Imunidade formal ou processual para a prisão	427
9.7.2.2.2. Imunidade formal ou processual para o processo	429
9.7.2.3. Prerrogativa de foro ("foro privilegiado")	430
9.7.2.4. Outras garantias	434
9.7.2.5. As imunidades parlamentares podem ser renunciadas?	435
9.7.2.6. As imunidades parlamentares estendem-se aos suplentes?	435
9.7.3. Parlamentares estaduais	435
9.7.4. Parlamentares municipais	436
9.8. Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais	437
9.9. Perda do mandato do Deputado ou Senador	437
9.9.1. Hipóteses de perda do mandato e suas peculiaridades	437
9.9.2. É possível a renúncia do cargo por parlamentar submetido a processo que vise ou possa levá-lo à perda do mandato?	439
9.10. Hipóteses em que não haverá a perda do mandato do Deputado ou Senador	439
9.11. Processo legislativo	440
9.11.1. Considerações introdutórias	440
9.11.2. Esquema do processo legislativo das leis ordinárias e complementares	441
9.11.3. Fase de iniciativa	442
9.11.3.1. Regra geral para a iniciativa	442
9.11.3.2. Iniciativa concorrente	442
9.11.3.3. Iniciativa "privativa" (reservada ou exclusiva)	442
9.11.3.3.1. Iniciativa reservada ao Presidente da República	442
9.11.3.3.2. Iniciativa reservada aos Governadores dos Estados e do DF e aos Prefeitos — simetria com o modelo federal	443

9.11.3.3.3. Iniciativa reservada do Judiciário.....	443
9.11.3.3.4. Assuntos exclusivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	444
9.11.3.3.5. Podemos falar em iniciativa reservada de matéria tributária?.....	444
9.11.3.3.6. Iniciativa do processo legislativo de matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais ...	445
9.11.3.3.7. Pode o legitimado exclusivo ser compelido a deflagrar processo legislativo?.....	445
9.11.3.3.8. Cabe emenda parlamentar em projetos de iniciativa reservada?..	445
9.11.3.3.9. Sanção presidencial convalida vício de iniciativa?	446
9.11.3.4. Iniciativa popular.....	447
9.11.3.4.1. Aspectos gerais.....	447
9.11.3.4.2. Existe algum exemplo de lei fruto de iniciativa popular?.....	448
9.11.3.4.3. Conclusões iniciais.....	451
9.11.3.4.4. Iniciativa popular de “PEC”?.....	451
9.11.3.4.5. Cabe iniciativa popular de matérias reservadas à iniciativa exclusiva de outros titulares?	454
9.11.3.4.6. Iniciativa popular e as espécies normativas: esquematização	454
9.11.3.4.7. Iniciativa popular em âmbito estadual e municipal.....	455
9.11.3.5. Iniciativa conjunta: ainda persiste, tendo em vista a Reforma da Previdência (EC n. 41/2003)?	455
9.11.3.6. Iniciativa para fixação do subsídio dos Ministros do STF — teto do funcionalismo — art. 48, XV, c/c o art. 96, II, “b”.....	456
9.11.3.7. Algumas peculiaridades a serem observadas	458
9.11.3.7.1. Organização do Ministério Público.....	458
9.11.3.7.2. Proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional (art. 67)	459
9.11.3.7.3. Iniciativa parlamentar ou extraparlamentar.....	461
9.11.4. Fase constitutiva	461
9.11.4.1. Deliberação parlamentar — discussão e votação	461
9.11.4.1.1. Algumas regras fundamentais	462
9.11.4.2. Deliberação executiva — sanção e veto	463
9.11.5. Fase complementar — promulgação e publicação	464
9.11.5.1. Promulgação.....	464
9.11.5.2. Publicação.....	465
9.12. Espécies normativas.....	465
9.12.1. Emenda Constitucional.....	466
9.12.1.1. Limitações formais ou procedimentais (art. 60, I, II, III, e §§ 2.º, 3.º e 5.º)	467
9.12.1.2. Limitações circunstanciais (art. 60, § 1.º)	468
9.12.1.3. Limitações materiais (art. 60, § 4.º).....	468
9.12.1.4. Limitações temporais?.....	470
9.12.1.5. Limitações implícitas.....	471
9.12.1.6. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e a sua equivalência com as emendas constitucionais — EC n. 45/2004.....	471
9.12.2. Lei complementar e lei ordinária.....	472
9.12.2.1. Semelhanças	472
9.12.2.2. Diferenças.....	472
9.12.2.2.1. Aspecto material.....	472
9.12.2.2.2. Aspecto formal.....	472
9.12.2.3. Existe hierarquia entre lei complementar e lei ordinária?	474

9.12.3. Lei delegada.....	475
9.12.4. Medida provisória.....	476
9.12.4.1. Aspectos iniciais.....	476
9.12.4.2. O processo de criação das medidas provisórias de acordo com a EC n. 32/2001.....	479
9.12.4.3. Aprovação sem alteração.....	482
9.12.4.4. Aprovação com alteração	482
9.12.4.5. Não apreciação (rejeição tácita)	483
9.12.4.6. Rejeição expressa	484
9.12.4.7. Impacto da medida provisória sobre o ordenamento jurídico	485
9.12.4.8. Pode o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada?	485
9.12.4.9. Limitação material à edição de medidas provisórias, de acordo com a EC n. 32/2001	485
9.12.4.10. O que acontecerá com as medidas provisórias editadas em data anterior à EC n. 32/2001?.....	489
9.12.4.11. Um alerta	490
9.12.5. Decreto legislativo	490
9.12.5.1. Aspectos gerais.....	490
9.12.5.2. Breves notas sobre o processo de formação dos tratados internacionais e a novidade trazida pela EC n. 45/2004.....	491
9.12.5.2.1. Tratados e convenções internacionais gerais.....	491
9.12.5.2.2. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos (EC n. 45/2004)	494
9.12.5.2.3. A “supralegalidade” dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos	498
9.12.6. Resolução.....	500
9.12.7. Quadro comparativo das espécies normativas.....	500
9.13. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e o Tribunal de Contas	501
9.13.1. Tribunal de Contas da União	502
9.13.1.1. Composição e características.....	502
9.13.1.2. Ministros do Tribunal de Contas da União.....	502
9.13.1.3. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas?.....	503
9.13.1.4. É necessária a observância do devido processo legal em processo administrativo no âmbito do TCU?.....	504
9.13.1.5. O TCU pode exigir quebra de sigilo bancário?.....	504
9.13.2. Tribunal de Contas Estadual, Distrital e Municipal.....	504
9.13.3. Ministério Público Especial (art. 130).....	505
9.13.4. Teoria dos poderes implícitos e as atribuições do Tribunal de Contas.....	506
9.14. Questões.....	506
9.14.1. Do Poder Legislativo — aspectos gerais (estrutura, atribuições, reuniões, comissões, imunidades, incompatibilidades e impedimentos, perda do mandato, Tribunal de Contas)	506
9.14.2. Processo legislativo.....	510
9.14.3. Espécies normativas.....	514
10. PODER EXECUTIVO.....	519
10.1. Notas introdutórias.....	519
10.2. Presidencialismo versus parlamentarismo	519

10.3. Executivo monocrático, colegial, diretorial e dual — conceito.....	520
10.4. O Poder Executivo na CF/88.....	520
10.4.1. O exercício do Poder Executivo no Brasil.....	520
10.4.1.1. Âmbito federal.....	520
10.4.1.2. Âmbito estadual.....	520
10.4.1.3. Âmbito distrital.....	521
10.4.1.4. Âmbito municipal.....	521
10.4.1.5. Âmbito dos Territórios Federais.....	521
10.4.2. Atribuições conferidas ao Presidente da República.....	521
10.4.3. Condições de elegibilidade.....	523
10.4.4. Processo eleitoral.....	524
10.4.5. Posse e mandato.....	524
10.4.6. Impedimento e vacância dos cargos.....	525
10.4.6.1. Sucessor e substituto natural do Presidente da República: Vice-Presidente.....	525
10.4.6.2. Substitutos eventuais ou legais.....	526
10.4.6.3. Mandato-tampão: eleição direta e indireta (art. 81).....	527
10.4.6.4. Ausência do País do Presidente e do Vice-Presidente da República e licença do Congresso Nacional.....	528
10.4.7. Ministros de Estado.....	529
10.4.7.1. Características gerais e requisitos de investidura no cargo.....	529
10.4.7.2. Atribuições dos Ministros de Estado.....	530
10.4.7.3. Responsabilidade e juízo competente para processar e julgar os Ministros de Estado.....	531
10.4.7.4. Poderão os Ministros de Estado receber delegação para exercer matéria de competência privativa do Presidente da República?.....	531
10.4.8. Conselho da República.....	531
10.4.9. Conselho de Defesa Nacional.....	532
10.4.10. Crimes de responsabilidade.....	533
10.4.10.1. Notas introdutórias e natureza jurídica.....	533
10.4.10.2. Procedimento.....	534
10.4.10.2.1. Câmara dos Deputados.....	534
10.4.10.2.2. Senado Federal.....	534
10.4.11. Crimes comuns.....	535
10.4.11.1. Conceito e procedimento.....	535
10.4.11.2. Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa).....	536
10.4.12. Prisão.....	537
10.4.13. Imunidade formal relativa à prisão e a cláusula de irresponsabilidade penal relativa não se estendem aos demais chefes de executivo.....	537
10.4.14. Sistematização da competência para julgamento das autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade.....	537
10.4.14.1. Prefeitos Municipais.....	540
10.4.14.2. Vereadores Municipais.....	542
10.4.14.3. A inconstitucionalidade das regras trazidas pela Lei n. 10.628/2002 em relação à <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e ao “inusitado foro cível por prerrogativa de função em lei processual penal”.....	544
10.4.14.4. Foro por prerrogativa de função e jurisdições de categorias diversas.....	546
10.4.14.5. Distinção entre os regimes de responsabilidade político-administrativa previstos na CF — Rcl 2.138-6-DF.....	546

10.4.14.6. Responsabilidade fiscal e as infrações administrativas contra as leis de finanças públicas — LC n. 101/2000 e Lei n. 10.028/2000.....	547
10.5. Questões.....	548
11. PODER JUDICIÁRIO.....	553
11.1. Funções do Poder Judiciário.....	553
11.2. Algumas características da jurisdição.....	553
11.3. Reforma do Poder Judiciário — EC n. 45/2004.....	555
11.3.1. Histórico de sua tramitação.....	555
11.3.2. Principais alterações.....	557
11.3.3. Principais decisões do STF em relação às novidades introduzidas pela EC n. 45/2004.....	561
11.4. Estatuto da Magistratura.....	563
11.5. Garantias do Judiciário.....	569
11.5.1. Garantias institucionais do Judiciário.....	570
11.5.1.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa.....	570
11.5.1.2. Garantias de autonomia financeira.....	571
11.5.2. Garantias funcionais do Judiciário (ou de órgãos).....	571
11.5.2.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários.....	572
11.5.2.1.1. Vitaliciedade.....	572
11.5.2.1.2. Inamovibilidade.....	573
11.5.2.1.3. Irredutibilidade de subsídios.....	574
11.5.2.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários.....	575
11.6. Estrutura do Judiciário.....	576
11.6.1. Órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	576
11.6.2. Justiças: comum e especial.....	576
11.6.3. Competência penal <i>versus</i> competência civil.....	578
11.6.4. Juizados Especiais: algumas particularidades.....	578
11.6.4.1. Não cabimento de Recurso Especial para o STJ e o cabimento de RCL.....	578
11.6.4.2. Cabimento de RE para o STF.....	580
11.6.4.3. Cabimento de HC e MS contra ato de juizado especial — superação da S. 690/STF.....	580
11.6.5. Organograma do Poder Judiciário.....	585
11.7. A regra do “quinto constitucional”.....	585
11.8. Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário.....	588
11.8.1. Supremo Tribunal Federal (STF).....	588
11.8.1.1. STF — aspectos históricos.....	588
11.8.1.2. STF — regras gerais.....	589
11.8.1.3. STF — destaques às novidades trazidas pela EC n. 45/2004 (“Reforma do Judiciário”).....	591
11.8.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	594
11.8.3. Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Juízes Federais.....	599
11.8.4. Tribunais e Juízes do Trabalho de acordo com a EC n. 24/99.....	600
11.8.4.1. Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	600
11.8.4.2. Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).....	601
11.8.4.3. Juízes do Trabalho — Varas do Trabalho.....	601
11.8.4.4. Competências da Justiça do Trabalho.....	602
11.8.4.5. O que aconteceu com os mandatos dos classistas em face da EC n. 24/99?.....	606

11.8.5. Tribunais e Juízes Eleitorais.....	606
11.8.5.1. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	606
11.8.5.2. Tribunal Regional Eleitoral (TRE).....	607
11.8.5.3. Juízes Eleitorais.....	608
11.8.5.4. Juntas Eleitorais.....	608
11.8.6. Tribunais e Juízes Militares.....	608
11.8.6.1. Superior Tribunal Militar.....	610
11.8.6.2. Justiça Militar da União.....	610
11.8.6.3. Justiça Militar dos Estados.....	611
11.8.6.4. Justiça Militar do Distrito Federal e Territórios.....	613
11.8.7. Tribunais e Juízes dos Estados.....	614
11.8.8. Varas Agrárias e os conflitos fundiários.....	614
11.8.9. Justiça Estadual é competente para julgar crimes comuns entre silvícolas.....	616
11.8.10. Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios.....	617
11.9. Da Justiça de Paz (art. 98, II).....	618
11.10. Dos precatórios.....	620
11.10.1. Regras gerais.....	620
11.10.2. Espécies de precatórios e exceção no caso das obrigações de pequeno valor.....	622
11.10.3. Compensação de precatório com débitos tributários.....	625
11.10.4. Utilização de precatórios para compra de imóveis públicos.....	625
11.10.5. Atualização de valores de requisitos de acordo com os índices da caderneta de poupança.....	625
11.10.6. Cessão dos créditos em precatórios a terceiros e a possibilidade de assunção de débitos diretamente pela União.....	626
11.10.7. Regime especial para pagamento de crédito de precatórios — art. 100, § 15, CF/88 e art. 97 do ADCT.....	626
11.10.8. Regime especial para pagamento de crédito de precatórios e os parcelamentos anteriores introduzidos pelo arts. 33 e 78 do ADCT.....	628
11.10.9. Débitos das entidades da Administração Indireta: precatórios?.....	629
11.10.10. Intervenção federal ou estadual e não pagamento de precatórios.....	630
11.10.11. EC n. 62/2009: imoralidade e inconstitucionalidade?.....	631
11.11. Conselho Nacional de Justiça.....	632
11.11.1. Aspectos gerais e composição do CNJ.....	632
11.11.2. Aperfeiçoamento do CNJ: EC n. 61/2009.....	634
11.11.3. O CNJ é constitucional?.....	635
11.11.4. Atribuições do CNJ e o controle de suas decisões pelo STF (limites?).....	637
11.11.5. O CNJ tem controle da função jurisdicional do Judiciário?.....	640
11.11.6. Ministro-Corregedor do CNJ.....	640
11.11.7. Prerrogativa de foro.....	640
11.11.8. Outras regras sobre o CNJ.....	641
11.11.9. Duas importantes Resoluções do CNJ.....	641
11.12. Súmula vinculante.....	642
11.12.1. Duas realidades: a morosidade da Justiça e as teses jurídicas repetitivas.....	642
11.12.2. As “famílias” do direito.....	642
11.12.3. Influência do <i>stare decisis</i> da família da <i>common law</i>	643
11.12.4. Influência da Alemanha e da Áustria.....	644
11.12.5. A influência do direito português.....	644
11.12.6. A evolução do “direito sumular” no Brasil (fase colonial — influência do direito português).....	644
11.12.7. A evolução do “direito sumular” no Brasil (após a independência).....	645

11.12.8. Prenúncios da súmula vinculante em âmbito constitucional.....	646
11.12.9. Prenúncios da súmula vinculante no âmbito do direito processual civil.....	646
11.12.10. Os contornos da súmula vinculante na EC n. 45/2004.....	647
11.12.11. As regras trazidas pela Lei n. 11.417, de 19.12.2006 — súmula vinculante.....	648
11.12.11.1. Competência.....	648
11.12.11.2. Objeto.....	648
11.12.11.3. Requisitos para a edição.....	648
11.12.11.4. Legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante.....	649
11.12.11.5. Procedimento.....	649
11.12.11.6. Efeitos da súmula.....	650
11.12.11.7. Modulação dos efeitos.....	650
11.12.11.8. Revogação ou modificação da lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante.....	650
11.12.11.9. Da reclamação.....	650
11.12.11.10. Responsabilidade do administrador público.....	651
11.12.11.11. Responsabilidade dos magistrados?.....	651
11.12.12. As 27 primeiras súmulas vinculantes.....	651
11.12.13. Processos com idêntica controvérsia constitucional — exemplo de utilidade da súmula vinculante — o caso da “pensão por morte”.....	654
11.12.14. Aspectos conclusivos.....	655
11.13. Eleição do Conselho Superior da Magistratura no Estado de São Paulo.....	656
11.14. Extinção dos Tribunais de Alçada.....	656
11.14.1. Histórico nas Constituições.....	656
11.14.2. O surgimento dos Tribunais de Alçada nos Estados.....	657
11.14.3. A EC n. 45/2004.....	658
11.14.4. A EC n. 8/99 à Constituição do Estado de São Paulo.....	659
11.15. Central do cidadão.....	660
11.16. Questões.....	661
11.16.1. Questões gerais.....	661
11.16.2. Questões específicas para a Magistratura.....	665
12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	667
12.1. Noções introdutórias.....	667
12.2. Ministério Público.....	667
12.2.1. Definição.....	667
12.2.2. Organização do Ministério Público na CF/88 — art. 128, I e II, e MP Eleitoral.....	668
12.2.2.1. Organização do Ministério Público da União e Estadual.....	668
12.2.2.2. MP Eleitoral.....	668
12.2.3. Chefe do Ministério Público.....	668
12.2.4. Princípios institucionais.....	672
12.2.5. Princípio do promotor natural.....	672
12.2.6. Garantias do Ministério Público.....	673
12.2.6.1. Garantias institucionais.....	673
12.2.6.1.1. Autonomia funcional.....	673
12.2.6.1.2. Autonomia administrativa.....	673
12.2.6.1.3. Autonomia financeira.....	674
12.2.6.2. Garantias dos membros do Ministério Público.....	674
12.2.6.2.1. Vitaliciedade.....	674

12.2.6.2.2. Inamovibilidade	674
12.2.6.2.3. Irredutibilidade de subsídios	674
12.2.6.3. Impedimentos imputados aos membros do Ministério Público (vedações)	675
12.2.6.4. Abrangência das garantias e impedimentos	677
12.2.7. Funções institucionais do Ministério Público	677
12.2.8. A teoria dos “poderes implícitos” e o poder de investigação criminal pelo MP	679
12.2.9. Conselho Nacional do Ministério Público	680
12.2.10. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	682
12.3. Advocacia pública	683
12.3.1. Advocacia-Geral da União	683
12.3.2. Procuradoria-Geral dos Estados e Distrito Federal	683
12.4. Advocacia	684
12.5. Estatuto da OAB à luz da jurisprudência do STF	685
12.5.1. ADIs 1.105 e 1.127	685
12.5.2. ADIs 1.194, 2.522, 2.652, 3.026 e 3.168	689
12.6. Defensoria pública	691
12.6.1. “Ondas renovatórias”	691
12.6.2. Assistência jurídica integral e gratuita — aspectos gerais e evolução constitucional	691
12.6.3. Competência constitucional legislativa para a instituição da Defensoria Pública e as particularidades da regra para o DF	692
12.6.4. O fortalecimento da Defensoria Pública pela EC n. 45/2004 (Reforma do Judiciário)	695
12.6.5. Existe Defensoria Pública Municipal?	696
12.6.6. Algumas problemáticas já decididas pela jurisprudência do STF e do STJ ...	696
12.6.6.1. A indispensabilidade do concurso público para ingresso na carreira	696
12.6.6.2. Servidor público processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no “exercício regular” de suas funções tem direito à “assistência judiciária” do Estado? Essa atribuição pode ser destinada à Defensoria Pública Estadual?	696
12.6.6.3. Prazo em dobro e intimação pessoal: prerrogativas da Defensoria Pública. A questão da regra do prazo em dobro para o processo penal. “Lei ainda constitucional”	697
12.6.6.4. A prerrogativa do prazo em dobro e intimação pessoal vale para Procuradores do Estado no exercício da assistência judiciária, como é o caso de São Paulo?	698
12.6.6.5. A prerrogativa do prazo em dobro e intimação pessoal vale para os advogados dativos?	698
12.6.6.6. As prerrogativas do prazo em dobro e intimação pessoal para a Defensoria Pública aplicam-se ao rito especial dos Juizados?	700
12.6.6.7. Defensor público pode exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais?	701
12.6.6.8. Inconstitucionalidade progressiva — art. 68 do CPP — “lei ainda constitucional”	701
12.6.6.9. A Defensoria Pública pode propor ação civil pública?	702
12.6.6.10. O Defensor Público deve receber honorários advocatícios?	703
12.7. Questões	703
12.7.1. Ministério Público	703
12.7.2. Advocacia	707

12.7.3. Defensoria Pública	708
12.7.4. Geral	709
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	713
13.1. Noções introdutórias — sistema constitucional das crises	713
13.2. Estado de defesa	714
13.2.1. Hipóteses de decretação do estado de defesa	714
13.2.2. Procedimento	714
13.2.3. Controle exercido sobre a decretação do estado de defesa ou sua prorrogação	715
13.3. Estado de sítio	716
13.3.1. Hipóteses de decretação do estado de sítio	716
13.3.2. Procedimento	716
13.3.3. Medidas coercitivas	717
13.3.4. Controle exercido sobre a decretação do estado de sítio	718
13.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio	718
13.5. Quadro comparativo entre o estado de defesa e o estado de sítio	719
13.6. Forças Armadas	722
13.6.1. Regras gerais	722
13.6.2. As praças prestadoras de serviço militar inicial podem receber abaixo do salário mínimo?	724
13.6.3. Criação do Ministério da Defesa pela EC n. 23/99	725
13.7. Segurança Pública	725
13.7.1. Aspectos gerais	726
13.7.2. Cooperação entre a União e os Estados-membros e o DF e a Força Nacional de Segurança Pública	726
13.7.3. BEPE — Batalhão Especial de Pronto Emprego	729
13.7.4. Polícias da União	729
13.7.5. Polícias dos Estados	730
13.7.6. Polícias do Distrito Federal	731
13.7.7. Polícias dos Territórios	731
13.7.8. Polícias dos Municípios	733
13.7.9. Nos Municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de delegado de polícia de carreira, o atendimento nas delegacias de polícia poderá ser realizado por subtenente ou sargento da polícia militar?	734
13.7.10. Policiais civis podem exercer o direito de greve previsto no art. 37, VII?	734
13.8. Questões	735
14. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	739
14.1. Localização	739
14.2. Evolução dos direitos fundamentais (gerações de direitos)	739
14.3. Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais	741
14.4. Características dos direitos e garantias fundamentais	741
14.5. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais	743
14.6. A aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	743
14.7. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	743
14.8. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	744
14.8.1. Aspectos gerais	744
14.8.2. Teorias da eficácia indireta (mediata) ou direta (imediata)	745
14.8.3. Eficácia “irradiante” dos direitos fundamentais	746

14.8.4.	Alguns precedentes	746
14.8.5.	Brevíssima conclusão	747
14.9.	Direitos individuais e coletivos	748
14.9.1.	Direito à vida (art. 5.º, <i>caput</i>)	748
14.9.1.1.	Desdobramentos	748
14.9.1.2.	Direito à vida — célula-tronco, aborto, eutanásia	748
14.9.2.	Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e I)	751
14.9.3.	Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	756
14.9.4.	Proibição da tortura (art. 5.º, III)	756
14.9.5.	Liberdade da manifestação de pensamento (art. 5.º, IV e V)	757
14.9.6.	Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII)	757
14.9.7.	Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação e indenização em caso de dano (art. 5.º, IX e X)	761
14.9.8.	Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	761
14.9.9.	Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5.º, XII)	762
14.9.10.	Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII)	764
14.9.11.	Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII)	764
14.9.12.	Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV e LXI)	765
14.9.13.	Direito de reunião (art. 5.º, XVI)	765
14.9.14.	Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI)	765
14.9.15.	Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI)	766
14.9.16.	Direito de herança e estatuto sucessório (art. 5.º, XXX e XXXI)	767
14.9.17.	Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XXIX)	768
14.9.18.	Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	769
14.9.19.	Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV)	771
14.9.20.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV)	773
14.9.21.	Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI)	775
14.9.22.	Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII)	777
14.9.23.	Tribunal Penal Internacional — “TPI” (art. 5.º, § 4.º — EC n. 45/2004)	779
14.9.24.	Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5.º — EC n. 45/2004)	780
14.9.25.	Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII)	783
14.9.26.	Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5.º, XXXIX a LXVII) e a teoria dos mandados expressos de criminalização à luz dos direitos fundamentais	783
14.9.26.1.	Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora. Irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> (art. 5.º, XXXIX e XL)	784
14.9.26.2.	Práticas discriminatórias, crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia e crimes inafiançáveis e imprescritíveis (art. 5.º, XLI a XLIV)	785
14.9.26.3.	Regras constitucionais sobre as penas (art. 5.º, XLV a XLVIII)	785
14.9.26.4.	Direitos assegurados aos presos (art. 5.º, XLIX, L, LXII, LXIII, LXIV)	786
14.9.26.5.	Regras sobre extradição (art. 5.º, LI e LII)	786
14.9.26.6.	Presunção de inocência (não culpabilidade) (art. 5.º, LVII)	786
14.9.26.7.	Regras sobre a prisão (art. 5.º, LXI, LXV, LXVI, LXVII)	787
14.9.26.8.	Identificação criminal (art. 5.º, LVIII)	788
14.9.26.9.	Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX)	788
14.9.27.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa e a problemática da videoconferência no interrogatório do réu (art. 5.º, LIV e LV)	789
14.9.27.1.	Aspectos gerais	789
14.9.27.2.	Interrogatório por videoconferência (<i>on-line</i>)	789

14.9.27.3.	Art. 98 do antigo Regimento Interno do CNJ: necessidade de intimação pessoal de terceiros que demonstrem interesse jurídico nos procedimentos de controle administrativo (PCAs). Correção no novo RI	792
14.9.28.	Devido processo legal substantivo ou material (arts. 5.º, LV, e 3.º, I)	793
14.9.29.	Provas ilícitas (art. 5.º, LVI)	794
14.9.30.	Publicidade dos atos processuais (e dever de motivação das decisões judiciais) (art. 5.º, LX)	794
14.9.31.	Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5.º, LXXIV)	795
14.9.32.	Erro judiciário (art. 5.º, LXXV)	795
14.9.33.	Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5.º, LXXVI)	797
14.9.34.	Gratuidade nas ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> (art. 5.º, LXXVII)	798
14.9.35.	Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	798
14.9.35.1.	Aspectos gerais	798
14.9.35.2.	Leis infraconstitucionais decorrentes da EC n. 45/2004 (“Reforma do Poder Judiciário”) no sentido de “racionalização da prestação jurisdicional” — frutos dos “Pactos Republicanos”	800
14.9.35.3.	Perspectivas de um “novo tempo” para o Judiciário brasileiro	803
14.10.	Remédios constitucionais	804
14.10.1.	Os remédios constitucionais nas Constituições brasileiras — quadro esquematizado	804
14.10.2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII)	805
14.10.2.1.	Regras gerais	805
14.10.2.2.	Esquematização da evolução histórica do “HC” no constitucionalismo brasileiro	806
14.10.2.3.	Competência	807
14.10.2.4.	Espécies	808
14.10.2.5.	Punições disciplinares militares	809
14.10.2.6.	<i>Habeas Corpus</i> impetrado em face de ato da “Turma Recursal” — competência do TJ — superada a S. 690/STF	809
14.10.3.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX)	809
14.10.3.1.	Introdução	809
14.10.3.2.	Esquematização da evolução histórica do “MS” no constitucionalismo brasileiro	810
14.10.3.3.	Abrangência	810
14.10.3.4.	Direito líquido e certo	811
14.10.3.5.	Ilegalidade ou abuso de poder	811
14.10.3.6.	Legitimidade ativa e passiva	811
14.10.3.7.	Competência	812
14.10.3.8.	Algumas outras observações	812
14.10.4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX)	813
14.10.4.1.	Regras gerais	813
14.10.4.2.	Objeto, legitimidade ativa e objetivos	813
14.10.4.2.1.	Objeto	813
14.10.4.2.2.	Legitimidade ativa	814
14.10.4.2.2.1.	Partidos políticos	814
14.10.4.2.2.2.	Organizações sindicais, entidades de classe e associações	815
14.10.4.2.3.	Objetivos	816
14.10.5.	Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI)	816
14.10.5.1.	Aspectos gerais	816
14.10.5.2.	Legitimidade ativa e passiva	817
14.10.5.3.	Competência	818

14.10.5.4. Procedimento e efeitos da decisão	818
14.10.5.5. Perspectivas de um "ativismo judicial"	821
14.10.6. <i>Habeas data</i> (art. 5.º, LXXII)	821
14.10.6.1. Aspectos gerais	821
14.10.6.2. Legitimidade ativa e passiva	822
14.10.6.3. Procedimento	822
14.10.6.4. Competência	823
14.10.7. Ação popular (art. 5.º, LXXIII)	823
14.10.7.1. Aspectos gerais	823
14.10.7.2. Esquematização da evolução histórica da "ação popular" no constitucionalismo brasileiro	824
14.10.7.3. Requisitos	824
14.10.7.4. Legitimidade ativa e passiva	825
14.10.7.5. Competência	826
14.10.7.5.1. Regra geral — juízo de primeiro grau	826
14.10.7.5.2. SEBRAE — competência da Justiça comum	826
14.10.7.5.3. Ação popular contra o CNMP — incompetência do STF	827
14.10.7.5.4. Incompetência originária do STF e indicação do órgão competente	827
14.10.7.6. Outras regras	828
14.11. Questões	829
14.11.1. Direitos fundamentais	829
14.11.2. Garantias fundamentais	833
15. DIREITOS SOCIAIS	837
15.1. Aspectos gerais	837
15.2. Breves comentários aos direitos sociais	838
15.2.1. Direito à educação	838
15.2.2. Direito à saúde	838
15.2.3. Direito ao trabalho	839
15.2.4. Direito à moradia	839
15.2.5. Direito ao lazer	840
15.2.6. Direito à segurança	840
15.2.7. Direito à previdência social	840
15.2.8. Proteção à maternidade e à infância	841
15.2.9. Assistência aos desamparados	841
15.3. Direitos relativos aos trabalhadores	841
15.3.1. Direitos sociais individuais dos trabalhadores	842
15.3.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	844
15.3.2.1. Direito de associação profissional ou sindical	844
15.3.2.2. Direito de greve	844
15.3.2.3. Direito de substituição processual	845
15.3.2.4. Direito de participação	845
15.3.2.5. Direito de representação classista	845
15.4. Princípio do não retrocesso social ou da proibição da evolução reacionária	846
15.5. Questões	846
16. NACIONALIDADE	849
16.1. Conceito	849
16.1.1. Definições correlatas	849
16.2. Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição	849

16.3. Brasileiro nato	850
16.4. Brasileiro naturalizado	852
16.4.1. Breves noções introdutórias	852
16.4.2. Naturalização ordinária	853
16.4.3. Naturalização extraordinária ou quinzenária	853
16.4.4. Radicação precoce e conclusão de curso superior?	854
16.5. Quase nacionalidade — portugueses — art. 12, § 1.º — reciprocidade	854
16.6. A lei poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados?	855
16.6.1. Regra geral	855
16.6.2. Hipóteses taxativas de exceção à regra geral	855
16.6.2.1. Extradicação	855
16.6.2.1.1. Expulsão	860
16.6.2.1.2. Deportação	861
16.6.2.1.3. Banimento: existe expulsão ou banimento de brasileiros?	861
16.6.2.1.4. Asilo e Refúgio (direito de permanecer no Brasil)	861
16.6.2.2. Cargos privativos de brasileiros natos	862
16.6.2.3. Atividade nociva ao interesse nacional	863
16.6.2.4. Conselho da República	863
16.6.2.5. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	863
16.7. Perda da nacionalidade	864
16.7.1. Hipóteses de perda da nacionalidade	864
16.7.1.1. Cancelamento da naturalização	864
16.7.1.2. Aquisição de outra nacionalidade	864
16.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	865
16.9. Questões	865
17. DIREITOS POLÍTICOS	869
17.1. Noções introdutórias	869
17.1.1. Democracia semidireta ou participativa	869
17.1.2. Plebiscito <i>versus</i> referendo: experiências na história brasileira	870
17.1.2.1. Referendo para manutenção ou não do regime parlamentarista (1963)	871
17.1.2.2. Plebiscito para a escolha entre a forma (república ou monarquia constitucional) e sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) (1993)	871
17.1.2.3. Referendo para a manifestação do eleitorado sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional (2005)	871
17.1.3. O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda à Constituição?	874
17.1.4. Quadro comparativo: plebiscito <i>versus</i> referendo	875
17.1.5. Outros institutos de democracia semidireta ou participativa: <i>recall</i> e veto popular	875
17.2. Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio e voto e escrutínio	876
17.3. Direito político positivo (direito de sufrágio)	876
17.3.1. Capacidade eleitoral ativa	876
17.3.2. Capacidade eleitoral passiva	878
17.3.2.1. Condições de elegibilidade	878
17.4. Direitos políticos negativos	878
17.4.1. Inelegibilidades	879
17.4.1.1. Inelegibilidades absolutas	879

17.4.1.2. Inelegibilidades relativas	880
17.4.1.2.1. Inelegibilidade relativa em razão da função exercida (por motivos funcionais)	880
17.4.1.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão da função exercida para um terceiro mandato sucessivo	880
17.4.1.2.1.2. Inelegibilidade relativa em razão da função para concorrer a outros cargos	881
17.4.1.2.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco	882
17.4.1.2.3. Militares	882
17.4.1.2.4. Inelegibilidades previstas em lei complementar	883
17.4.2. Privação dos direitos políticos — perda e suspensão	883
17.4.2.1. Perda dos direitos políticos (arts. 15, I e IV, e 12, § 4.º, II)	884
17.4.2.2. Suspensão dos direitos políticos (art. 15, II, III e V; art. 17.3 do Dec. n. 3.927/2001 e art. 55, II, e § 1.º, c/c o art. 1.º, I, “b”, da LC n. 64/90)	884
17.4.3. Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos	885
17.5. Servidor público e exercício do mandato eletivo	885
17.6. Questões	886
18. PARTIDOS POLÍTICOS	891
18.1. Conceito	891
18.2. Regras constitucionais	891
18.3. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira — proteção constitucional às minorias	893
18.4. O princípio da verticalização das coligações partidárias e a EC n. 52/2006	894
18.4.1. Primeiro momento — a consagração da regra da verticalização das coligações partidárias pelo TSE	894
18.4.2. Ataques à regra da verticalização das coligações partidárias fixada pelo TSE	895
18.4.3. Ataques à regra da EC n. 52/2006 que expressamente acabou com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias. Mantida a verticalização para as eleições de 2006 (princípio da anualidade — art. 16 da CF). A EC n. 52/2006 entrou em vigor na data de sua publicação, mas somente poderá ser aplicada às eleições que ocorram até 1 ano da data de sua vigência	897
18.5. Fidelidade partidária	900
18.6. Candidatos com “ficha suja”: inelegibilidade?	901
18.7. Questões	902
19. ORDEM SOCIAL	905
19.1. Aspectos gerais	905
19.1.1. Valores da ordem social: base e objetivo	905
19.1.2. Conteúdo da ordem social	905
19.2. Seguridade social	906
19.2.1. Princípios orientadores da organização da seguridade social	907
19.2.2. Financiamento da seguridade social	907
19.2.3. Competência discriminada (lei ordinária) e competência residual (lei complementar)	908
19.2.4. Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 9.718/98 (PIS/PASEP e COFINS). EC n. 20/98 — impossibilidade do fenômeno da “constitucionalidade superveniente”	909
19.2.5. Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para sociedades civis de profissões regulamentadas	910

19.2.5.1. Inexistência de hierarquia entre LC e LO	910
19.2.5.2. A questão da modulação dos efeitos da decisão pelo STF	911
19.3. Educação — FUNDEB — EC n. 53/2006	912
19.3.1. Aspectos gerais	913
19.3.2. Quadro esquematizado da educação escolar	913
19.3.3. Regras gerais do fundo	914
19.3.4. Fim (progressivo) da DRU para a educação e a EC n. 59/2009	915
19.4. Cultura — Plano Nacional (EC n. 48/2005)	917
19.5. Desporto	918
19.5.1. Desporto em sentido amplo	918
19.5.2. Modalidades de desporto	919
19.5.3. Papel do Estado e das entidades dirigentes e associações na promoção do desporto	920
19.5.4. Destinação dos recursos públicos para o desporto	920
19.5.5. Manifestações desportivas de “criação nacional”	920
19.5.6. Justiça Desportiva	921
19.5.6.1. Regras gerais, natureza jurídica e composição	921
19.5.6.2. Instância administrativa de curso forçado: exceção ao princípio do acesso incondicionado ao Poder Judiciário. Necessidade de esgotamento das vias administrativas	921
19.5.6.3. Questões trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho	922
19.5.6.4. Vedação do exercício de funções na Justiça Desportiva por integrantes do Poder Judiciário	922
19.5.7. Bingos	923
19.6. Ciência e tecnologia	924
19.6.1. O papel do Estado	924
19.6.2. Modalidades de pesquisa	924
19.6.3. Apoio e incentivo às empresas e à capacitação tecnológica	924
19.6.4. Estado Social de Direito: concepção social do mercado	925
19.6.5. O destaque para a biotecnologia	925
19.7. Comunicação social	925
19.7.1. Princípios orientadores da comunicação social	926
19.7.2. Princípios a orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV	929
19.7.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	929
19.7.4. Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV)	931
19.7.4.1. Diferenciação entre os serviços de telecomunicação e de radiodifusão (EC n. 8/95)	931
19.7.4.2. Concessão, permissão e autorização	932
19.7.4.3. Prazo da concessão ou permissão e da autorização	933
19.7.4.4. Outorga e renovação (da concessão ou permissão e da autorização)	933
19.7.5. Conselho de Comunicação Social: órgão auxiliar do CN	934
19.7.6. Direito de antena	934
19.7.7. Lei de Imprensa — ADPF 130	935
19.8. Meio ambiente	935
19.8.1. Conceito de meio ambiente	936
19.8.2. Aspectos do meio ambiente	936
19.8.3. Direitos humanos, direito ao desenvolvimento e direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações	937

19.8.3.1. A problemática.....	937
19.8.3.2. Sustentabilidade: solução para a problemática.....	938
19.8.4. A proteção ambiental no constitucionalismo brasileiro.....	939
19.8.5. Natureza jurídica do meio ambiente e a justiça distributiva entre as presentes e futuras gerações.....	941
19.8.6. Incumbência do Poder Público.....	941
19.8.7. Crueldade contra animais?.....	942
19.8.7.1. Farra do boi.....	943
19.8.7.2. Rinhas ou brigas de galo.....	943
19.8.7.3. Rodeios de animais, vaquejada, <i>calf roping</i> e <i>team roping</i> (laçada dupla).....	944
19.8.7.4. Animais em circo.....	945
19.8.7.4.1. A origem do circo — breve nota.....	945
19.8.7.4.2. O adestramento de animais em circos.....	945
19.8.7.4.3. O fim dos animais em circos significaria o fim da cultura circense?.....	946
19.8.8. Importação de pneus usados — ADPF 101.....	946
19.8.9. Exploração de recursos minerais.....	947
19.8.10. Responsabilidade por danos ambientais.....	947
19.8.11. Ecossistemas especialmente protegidos e erigidos à categoria de patrimônio nacional.....	948
19.8.12. Terras devolutas.....	949
19.8.12.1. Classificação dos bens públicos: as terras devolutas enquanto bens dominicais.....	949
19.8.12.2. Titularidade.....	949
19.8.12.3. Terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado necessárias à proteção dos ecossistemas naturais — indisponibilidade.....	950
19.8.13. Localização das usinas nucleares: necessidade de lei federal.....	950
19.9. Família, criança, adolescente e idoso.....	951
19.9.1. Família: conceito de entidade familiar.....	951
19.9.2. União homossexual ou homoafetiva (união estável entre pessoas do mesmo sexo).....	952
19.9.3. Transexualidade.....	954
19.9.4. A união estável pode ser reconhecida em relação a uma menor de 14 anos estuprada que veio a se casar com o agressor, para efeitos de extinção de punibilidade quando era admitida (antes da revogação do art. 107, VII, do CP)?.....	956
19.9.5. Família: assistência e proteção contra a violência doméstica.....	957
19.9.6. Casamento: regras gerais; efeito civil; liberdade de crença (centro espírita, candomblé, umbanda etc.).....	957
19.9.7. Divórcio: forma de dissolução do casamento civil.....	958
19.9.8. Liberdade para o planejamento familiar: dignidade da pessoa humana e paternidade responsável.....	958
19.9.9. Criança e adolescente.....	959
19.9.10. Criança e adolescente: proteção especial.....	961
19.9.11. Adoção.....	961
19.9.11.1. Regras gerais sobre adoção.....	961
19.9.11.2. Adoção internacional.....	962
19.9.11.3. Adoção por homossexual ou casal transexual.....	962
19.9.12. Direito de ação de investigação de paternidade: a problemática da submissão coercitiva ao exame de DNA.....	962

19.9.13. Portadores de deficiência.....	963
19.9.14. Inimputabilidade penal.....	964
19.9.15. Dever de reciprocidade entre pais e filhos.....	965
19.9.16. Idosos.....	965
19.9.16.1. Princípios da solidariedade e proteção à luz da “reserva do possível”.....	965
19.9.16.2. Idoso e transporte público: “constitucionalismo fraternal” ou “altruístico” — “ações distributivistas e solidárias” — “direito fraternal”.....	966
19.10. Índios.....	966
19.10.1. Os índios no constitucionalismo brasileiro.....	966
19.10.2. Proteção das “minorias nacionais” e a importância da “terra”.....	967
19.10.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	968
19.10.3.1. Bens da União. Terras destinadas à posse permanente dos índios: bens públicos de uso especial.....	968
19.10.3.2. Conceito.....	968
19.10.3.3. Nulidade e extinção dos atos que atentem contra as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”.....	968
19.10.4. Indigenato: fonte para o direito dos índios sobre as suas terras.....	969
19.10.5. Usufruto exclusivo dos índios e a mineração em terras indígenas.....	969
19.10.6. Regras constitucionais para a remoção dos grupos indígenas.....	970
19.10.7. Demarcação das terras indígenas.....	971
19.10.7.1. Aspectos gerais.....	971
19.10.7.2. Raposa Serra do Sol.....	972
19.10.8. Defesa judicial dos direitos e interesses dos índios.....	974
19.10.8.1. Legitimidade ativa: índios, comunidades, organizações e o MP (Federal ou Estadual).....	974
19.10.8.2. Competência: Justiça Federal x Justiça Estadual.....	974
19.10.9. Educação nas comunidades indígenas.....	975
19.11. Questões.....	977
20. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	983
20.1. Princípios gerais da atividade econômica.....	983
20.1.1. Evolução do Estado e a Ordem Econômica.....	983
20.1.2. Meios de atuação do Estado.....	984
20.1.3. Princípios da Ordem Econômica.....	985
20.1.3.1. Soberania nacional.....	985
20.1.3.2. Propriedade privada e sua função social.....	986
20.1.3.3. Livre-concorrência.....	986
20.1.3.4. Defesa do consumidor.....	986
20.1.3.5. Defesa do meio ambiente.....	987
20.1.3.6. Redução das desigualdades regionais e sociais.....	987
20.1.3.7. Busca do pleno emprego.....	987
20.1.3.8. Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	987
20.2. Monopólio dos correios.....	988
20.3. Quebra do monopólio da União sobre a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, bem como sobre a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta (EC n. 49/2006)....	990
20.4. Sistema Financeiro Nacional.....	991
20.5. Questões.....	992

21. OUTROS TEMAS	995
21.1. Explicitação da proposta	995
21.2. "PEC paralela da previdência" (EC n. 47/2005)	995
21.2.1. Notas introdutórias	995
21.2.2. Teto do funcionalismo (art. 37, §§ 11 e 12)	996
21.2.2.1. Regras gerais	996
21.2.2.2. Importantes questões já decididas pelo STF	998
21.2.3. Aposentadorias especiais (art. 40, § 4.º, I, II e III, e art. 201, § 1.º)	1002
21.2.4. Aumento da faixa de isenção de contribuição previdenciária para os servidores inativos e os pensionistas que sejam, nos termos da lei, portadores de doença incapacitante (art. 40, § 21)	1003
21.2.5. Ampliação das hipóteses de alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas das contribuições sociais para o financiamento da seguridade social (art. 195, § 9.º)	1003
21.2.6. Ampliação do sistema especial de inclusão previdenciária (art. 201, §§ 12 e 13)	1003
21.2.7. Paridade plena entre ativos e inativos (arts. 2.º e 5.º da EC n. 47/2005)	1004
21.2.8. Regra geral de transição (art. 3.º da EC n. 47/2005)	1005
21.2.9. Vigência (art. 6.º da EC n. 47/2005)	1005
21.3. Contratação pela Administração Pública de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias através de processo seletivo público (EC n. 51/2006)	1006
21.4. EC n. 55 e n. 56/2007	1007
21.5. "PEC dos Agentes de Saúde" — Provável EC n. 63/2010	1007
<i>Referências</i>	1009